



Necropolítica e memória na pandemia de Covid-19: análise das iniciativas de justiça e reparação no Brasil

Necropolítica y memoria de la pandemia de Covid-19: análisis de las iniciativas de justicia y reparación en Brasil

Necropolitics and memory in the COVID-19 pandemic: analysis of justice and reparation initiatives in Brazil

Pedro Fiori Arantes

Unifesp e SoU_Ciência, São Paulo, Brasil, pedro.arantes@unifesp.br

Vanessa Moreira Sígolo

Unifesp e SoU_Ciência, São Paulo, Brasil, vanessa.sigolo@alumni.usp.br

Pâmela Copetti Ghisleni

Unijuí e AVICO, Ijuí, Brasil, pcghisleni@gmail.com

Resumo

O artigo explora a formação e o funcionamento do que denominamos "necrossistema da pandemia" durante a crise da Covid-19 no Brasil e discute iniciativas em busca de justiça e reparação. Apresenta a constituição de um acervo de evidências e um mapa da necropolítica, dados inéditos de levantamento de opinião pública favorável aos julgamentos destes crimes e propostas de diretrizes curatoriais para a criação de um Memorial da Pandemia.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19. Memória. Justiça. Reparação. Necropolítica.

Resumen

El artículo explora la formación y funcionamiento de lo que llamamos el "necrosistema pandémico" durante la crisis del COVID-19 en Brasil y discute iniciativas en busca de justicia y reparación. Presenta la constitución de un acervo de evidencias y un mapa de la necropolítica, datos inéditos provenientes de una encuesta de opinión pública a favor de los juicios de estos crímenes y propuestas de lineamientos curatoriales para la creación de un Memorial de la Pandemia.

Palabras-clave: Pandemia de COVID-19. Memoria. Justicia. Reparación. Necropolítica.

Abstract

The article explores the formation and operation of what we term the "pandemic necrosystem" during the Covid-19 crisis in Brazil and discusses initiatives seeking justice and reparation. It presents the establishment of a collection of evidence and a map of necropolitics, unprecedented data from public opinion surveys favorable to the trials of these crimes, and proposals for curatorial guidelines for the creation of a Pandemic Memorial.

Keywords: COVID-19 Pandemic. Memory. Justice. Reparation. Necropolitics.

INTRODUÇÃO

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, finalizado em outubro de 2021, detalhou em mais de mil páginas as múltiplas violações cometidas pelo Governo Federal e sua rede de colaboradores, incluindo crimes contra a humanidade (SENADO FEDERAL, 2021). No entanto, o resultado parecia estar destinado à mesma sina de muitos outros relatórios de comissões de inquérito: o engavetamento. Em julho de 2022, às vésperas das eleições presidenciais, a Procuradoria Geral da República optou pelo arquivamento das acusações.

No início de 2023, o governo recém-eleito de Luiz Inácio Lula da Silva teve que lidar com desafios urgentes, como o combate à fome e à pobreza, e a retomada do crescimento econômico, envolvendo negociações com o Congresso. O novo governo também enfrentou o ataque golpista em Brasília em 8 de janeiro e seus desdobramentos, como uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Ao mesmo tempo, em maio, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da pandemia de Covid-19. Assim, parecia que a demanda por investigação, julgamento e condenação dos responsáveis pela desastrosa gestão da saúde pública na pandemia

no país estaria prestes a ser varrida para debaixo do tapete da história, tal como tantos outros genocídios que nos marcaram (e ainda marcam). O Brasil, diferentemente de outros países (como a vizinha Argentina), teve e ainda tem muita dificuldade em apurar e punir agentes que executaram crimes de Estado.

No entanto, em julho de 2023, quatro notícias motivaram a retomada da esperança de que a conduta criminosa, que ampliou o tamanho e a dor da tragédia da Covid-19 no Brasil, não será esquecida ou anistiada. Há sinais encorajadores de que um processo de "Justiça de Transição"¹ tem condições objetivas e subjetivas para avançar no país. A mobilização contra a anistia aos crimes da pandemia tem ganhado força. As notícias recentes foram:

1. O Supremo Tribunal Federal (STF) reabriu inquéritos para averiguar as responsabilidades pelos crimes da pandemia no Brasil, anulando uma decisão anterior de arquivamento e demandando que a Procuradoria-Geral da República retome a investigação de crimes atribuídos ao então presidente da República, Jair Bolsonaro e sua equipe. O Ministro Gilmar Mendes afirmou que isso significa "uma porta que se abre para discutir a responsabilidade penal" (CHADE, 2023).
2. Em encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou a construção de um memorial em honra às vítimas da Covid-19, com o objetivo de não esquecer da "política de governo absolutamente desastrosa, que nos levou a 700 mil vidas perdidas" (SCORTECCI, 2023).
3. Os médicos que tiveram suas medalhas da Ordem Nacional do Mérito Científico revogadas pelo presidente Jair Bolsonaro, um deles por

¹ A Justiça de Transição é um campo multidisciplinar, que mobiliza aspectos legais, históricos, sociológicos e políticos. Em geral, envolve julgamentos criminais, a criação de Comissões da Verdade, práticas de reparação e indenização de vítimas, reformas institucionais para evitar a repetição histórica da tragédia e estratégias de "memorialização", com a criação de acervos públicos, monumentos, museus, dias de homenagem às vítimas etc. Alguns dos autores mais importantes no tema são: Ruti Teitel, Priscilla Hayner, Juan Méndez, Pablo de Greiff, Martha Minow e Alex Boraine. Não é objetivo deste artigo avançar na teorização, histórico ou casos exemplares de Justiça de Transição, mas focar nos acontecimentos recentes no Brasil e nas condições para sua implementação imediata.

demonstrar a ineficácia da cloroquina, receberam-nas de volta em cerimônia no Palácio do Planalto, marcando o retorno das atividades do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) (G1, 2023).

4. Uma pesquisa do Centro de Estudos SoU_Ciência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) com o Instituto Ideia revelou que a maioria da população apoia o julgamento dos crimes da pandemia e, questionados sobre justiça e reparação, defendem a criação de uma Comissão da Verdade, indenização às vítimas e meios para acelerar os julgamentos (SOU CIÊNCIA, 2023).

Nosso artigo aborda diferentes possibilidades de memória, reparação e representação da recente tragédia da Covid-19 e está estruturado em seções curtas, que retratam um mosaico de iniciativas de justiça para os crimes da pandemia no Brasil. No primeiro tópico, resumimos as evidências mais claras da atuação necropolítica do governo Bolsonaro na pandemia, em linha com a formulação de diversos pesquisadores, em especial do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

A seguir, relatamos as iniciativas do movimento social, a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (AVICO), que cobra por justiça e reparação, direito ao luto e respeito à memória das vítimas. A atuação da AVICO é um exemplo de disputa por Justiça de Transição, para que os crimes da pandemia não prescrevam ou sejam anistiados. A exigência de responsabilização, punição dos infratores, reparação dos familiares de vítimas e construção de monumentos e memoriais fazem parte de sua agenda de lutas.

Nos dois tópicos seguintes, apresentamos a iniciativa coordenada pelo SoU_Ciência da Unifesp para criar um acervo multimídia de "Evidências da Necropolítica durante a Pandemia", um banco de dados indexado, gratuito e aberto ao público; e um Mapa de relações de poder, como meio de divulgação científica e comunicação social, apresentando atores e instituições, seus interesses e ações – dialogando com práticas artísticas e ativistas desde os anos 1970, de denúncia, comunicação e resistência.

Noutro tópico, apresentamos alguns dos resultados de levantamento nacional de opinião pública realizado em julho de 2023 por este Centro de Estudos e o Instituto Ideia, indicando o apoio da população às ações de justiça e reparação e às alternativas propostas para que uma tragédia dessa proporção não volte a ocorrer.

Por fim, formulamos hipóteses político-curatoriais para um Memorial da Pandemia, com o objetivo de contribuir para a reflexão e o debate do perfil desse espaço de memória e justiça a ser construído, esperamos, no futuro próximo.

NECROSSISTEMA DA PANDEMIA: BREVE RESUMO

Os crimes cometidos durante a pandemia no país, amplamente detalhados no Relatório da CPI e na pesquisa do CEPEDISA-USP, foram inúmeros. O Brasil, mesmo com a subnotificação de casos, figura entre os três países com mais mortes *per capita* por Covid-19, dentre aqueles com população superior a 10 milhões de habitantes². A trágica liderança é do Peru, seguido pelos EUA, com o Brasil quase empatado. Vale ressaltar que os dois últimos países foram governados por presidentes negacionistas no auge da pandemia.

De acordo com pesquisadores da USP, a situação foi além de negligência, omissão ou mero negacionismo: houve intencionalidade na propagação do vírus, com objetivos políticos, econômicos e simbólicos. Com base em evidências, os estudos indicam que no Brasil foi implementada uma estratégia proposital de disseminação da Covid-19, coordenada por vários agentes públicos e privados, liderados pelo governo federal, caracterizada pela consciência dos objetivos das ações e omissões, e pelo desejo de executá-las (CEPEDISA, 2021).

A hipótese que guia o nosso artigo sugere a atuação coordenada e colaborativa de uma rede de agentes públicos e privados, com o intuito de aproveitar o contexto da crise para a demonstração e ampliação de poder, criando o que denominamos de

² Dados do *Our World in Data*, até março de 2023. Países do Leste Europeu em situação mais grave que o Brasil não são comparáveis, pois têm populações pequenas, de 2 a 10 milhões de habitantes, menos que a cidade de São Paulo.

"necrossistema da pandemia". Este sistema, no qual o Estado tem controle direto ou indireto sobre quais segmentos da população têm maior probabilidade de viver ou morrer, é uma rede de agentes que lida tanto com a administração e o controle da vida ("biopolítica", na expressão de Foucault) quanto com a disposição soberana da morte ("necropolítica", segundo Mbembe). Uma análise necropolítica e sistêmica da pandemia deve envolver dimensões globais, como a dependência tecnocientífica e a distribuição desigual das vacinas entre países ricos e pobres³; e locais, como a exposição de populações mais vulneráveis a maior risco e a decisão de colocar a economia e a reabertura de empresas acima da segurança e da saúde de trabalhadores⁴. Enquanto militares brasileiros, por exemplo, seguiam na caserna adotando todos os protocolos de prevenção (MONTEIRO, 2021), o General-Ministro Eduardo Pazuello acelerava a contaminação do restante da população (BARRETO FILHO, 2021).

A ideologia, os objetivos e os interesses dos agentes do necrossistema brasileiro foram se tornando mais claros à medida em que a tragédia avançava. Logo explicitou-se uma conduta própria ao "bolsonarismo"⁵, de gestão da vida e da morte: agentes do governo e apoiadores passaram a desinformar sobre as orientações fornecidas pela OMS, centros de pesquisa e consensuadas pela comunidade científica; criaram antagonismos, dúvidas e insegurança em relação à vacina, ao isolamento, ao uso de máscara e às demais medidas preventivas; adotaram o lema da "imunidade de rebanho" (sem vacinação em massa, pela simples exposição ao vírus, o que é crime

³ Ver, por exemplo: EL PAÍS (2021).

⁴ Um dos casos mais emblemáticos foi o da construção civil, cujas atividades não foram interrompidas na pandemia. Ver a reportagem da *Agência Pública*: BARROS (2020).

⁵ O "bolsonarismo" é um termo que surgiu na mídia e na academia entre 2017 e 2018 para designar não apenas os eleitores e seguidores de Bolsonaro, mas um novo modo de romper e redefinir o pacto social brasileiro da Nova República, com fortes riscos à democracia. Esther Solano foi uma das pioneiras na definição, ao tratar, ainda em 2018, da "bolsonarização da esfera pública" no Brasil atual. Ela e demais autores do livro *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (Boitempo, 2018) analisaram como o ultraneoliberalismo, o capitalismo predatório, a erosão do Estado e de políticas mínimas de bem-estar social, o aumento do hiperindividualismo e uma forma de antipolítica que glorifica o passado se infiltraram no discurso público. O bolsonarismo seria, no limite, uma "politização da antipolítica" com vetor autoritário e regressivo, mobilizando o ódio (e a morte) como política.

contra a humanidade, segundo a OMS)⁶; e, por fim, apostaram no falso "tratamento precoce", com a disseminação de cloroquina, ivermectina, vitamina C e outros medicamentos do "kit covid", mesmo sem a comprovação de eficácia, como aponta a OMS e cientistas, ao menos desde maio de 2020.⁷ Esta última ação, além de gerar lucro para determinados agentes e visibilidade para prefeitos e grupos médicos bolsonaristas, serviu como "marca de governo", uma tentativa de demonstrar mobilização do governo Bolsonaro em defesa dos cidadãos, quando este fazia exatamente o contrário (PINHEIRO e EMERY, 2022). O que importava para tais agentes era, sobretudo, o efeito de adesão e mobilização de parcelas crescentes da população, submetidas ao sistema de crenças e dissonância cognitiva, estimulado por vozes de comando da direita radical (CASTRO ROCHA, 2023).

O negacionismo homicida rapidamente se conectou com a aliança internacional de extrema-direita e suas lideranças mundiais. A *alt-right* em todo mundo passou a imaginar e defender uma *alt-science* (CESARINO, 2022), marginal em relação ao sistema instituído, mas com o objetivo de atacá-lo, como faz na política, minando a democracia liberal e suas instituições. Seu fundamento não é a ciência e a defesa da vida, mas uma suposta "liberdade" irrestrita (incluindo a liberdade de escolha em tomar ou não a vacina e a liberdade médica de prescrever cloroquina), produzindo uma quebra na ação coordenada e massiva exigida de políticas de saúde pública em uma pandemia.

Finalmente, as decisões do governo e seus agentes foram coerentes com um modo eugenista de gerir a vida e a morte da população. De um lado, as declarações do então presidente de que a pandemia não atingiria pessoas saudáveis, jovens e fortes. De outro, a desassistência, a propagação de desinformação, o atraso na vacinação, a

⁶ Segundo a OMS, a tese da imunidade de rebanho é antiética, em razão da elevação de mortes evitáveis e não tem base científica, pois desconhece a duração e a extensão da imunidade resultante do contágio pelo vírus. O alerta dado em outubro de 2020: "Nunca na história da saúde pública a imunidade de rebanho foi usada como uma estratégia para responder a um surto, muito menos a uma pandemia" (OMS, 2020).

⁷ No mês seguinte, a OMS anunciou que estava descontinuando o braço de hidroxicloroquina do estudo Solidarity Trial, com base em evidências de seus próprios testes e em outros ensaios (UOL, 2020). O governo federal adotou o protocolo até o fim do mandato de Jair Bolsonaro (dez/2022).

falta de financiamento e a descoordenação no Sistema Único de Saúde (SUS) expuseram ainda mais os grupos de risco: idosos, indivíduos com comorbidades, indígenas e populações mais vulneráveis (como as pessoas em situação de rua, encarceradas, mais pobres e desassistidas, ou obrigadas a trabalhar em "serviços essenciais"). Este contexto permite inferir a existência de uma carga eugênica, racista e fascista de "limpeza" biológica e social na necrogestão da pandemia (OLIVEIRA e BRUIJNÉ, 2022) – daí a possibilidade em falar de prática genocida em relação a populações já vulneráveis, em especial negros, indígenas, idosos e periféricos, e não apenas conduta criminosa⁸.

A AVICO: DO LUTO À LUTA

A mobilização dos familiares de vítimas é um vetor potente para impulsionar iniciativas de justiça, memória e reparação em contextos pós-conflito, catástrofe ou ditadura. Este ativismo, muitas vezes nascido da dor e da perda pessoal, torna-se uma força social transformadora, como foi evidenciado em várias circunstâncias históricas, do Holocausto às ditaduras sul-americanas.

O luto, em que pese vivido com nuances muito particulares por cada sujeito, tem aspectos comuns quando se trata de analisá-lo (e vivê-lo) pela Covid-19. As circunstâncias das mortes por Covid-19 na pandemia impuseram a ausência total ou parcial dos rituais de despedida. Além disso, vivenciou-se rompimentos de laços familiares também do ponto de vista simbólico, pela polarização política instalada no país (e nas famílias), gerando avaliações divergentes sobre a conduta do governo e formas de prevenção e tratamento.

No Brasil, a pandemia fez mais de 700 mil mortos e ao menos 5 milhões de enlutados. Estima-se que para cada falecido pela Covid-19, 6 a 10 pessoas foram

⁸ Esta foi uma polêmica ao final da CPI da Pandemia, em outubro de 2021, com a controvérsia a respeito da definição da conduta do Governo Federal: se *genocida* ou "apenas" *crime contra a humanidade*, posição esta que prevaleceu. Na linha de nossa argumentação, entendemos ser possível tratar os crimes da pandemia como genocídio porque, apesar de o vírus infectar a todos, sua proliferação não foi homogênea. Como também apontou o filósofo Edson Teles, especialista em crimes de Estado, "sabemos que são os corpos periféricos os mais atingidos pela exposição ao vírus e à infecção e aos óbitos" (2021, p. 54).

diretamente atingidas pela dor do luto (OLIVEIRA, 2020) e drasticamente afetadas em seu bem-estar emocional, físico e financeiro. Como adverte Rosa Montero, em *A ridícula ideia de nunca mais te ver*: “Quando uma criança nasce ou uma pessoa morre, o presente se parte ao meio e nos permite espiar durante um instante pela fresta da verdade – monumental, ardente e impassível. [...] Temos a clara consciência de viver algo grandioso” (2013, p. 23).

A pergunta que se impõe é a seguinte: existe (alguma) beleza no luto? Seria tudo absolutamente horrível na morte de quem amamos ou podemos encontrar significado, acolhimento e mobilização? Se existe beleza no luto da Covid-19 é justamente o processo de fazer da tragédia (que dói a ponto de paralisar e anestésiar) um *movimento*, uma ação (luta) em busca de responsabilização, acolhimento e amparo, conferindo significado à dor vivida.

Lembrando a luta das Madres de la Plaza de Mayo, Christian Dunker, em seu livro recente *Lutos finitos e infinitos*, escrito quando o autor foi abalado pelo falecimento de sua mãe, “mas também pela indignação com as mortes desnecessárias geradas pela política sanitária brasileira no enfrentamento da Covid-19” (2023, p. 239), lembra que as *madres* empreendiam um cerimonial de luto sem o corpo presente e, ao mesmo tempo, um ato político que se perpetuava infinitamente recebendo novas pessoas. Assim, a sociedade civil organizada é fundamental para legitimar publicamente, do ponto de vista do testemunho (como discutiremos no tópico do Memorial), o sentimento de (in)justiça, fortalecendo a consolidação da Justiça de Transição, a condenação dos responsáveis e o estabelecimento de uma memória coletiva, na busca por reparação.

A AVICO surgiu em abril de 2021 no Rio Grande do Sul, um dos estados mais conservadores do Brasil, no qual nas eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro havia liderado em 84,5% das cidades e, em outubro de 2022, após o período mais dramático da pandemia, obteve ainda 56% dos votos válidos⁹. Expandiu, desde então, sua atuação pelo país em três eixos: (i) jurídico, (ii) apoio psicossocial e (iii)

⁹ No RS, Bolsonaro faz 56,35% votos e Lula soma 43,65% (G1 RS, 2022).

mobilização e controle social. Inicialmente, o eixo mais ativo foi o psicossocial, pois era necessário fortalecer emocionalmente as pessoas enlutadas, para que pudessem passar do luto à luta por justiça e reparação. Para familiares de vítimas e pessoas com sequelas graves da Covid-19, foram criados grupos constituídos por psicólogos, antropólogos, assistentes sociais e estudantes de psicologia, que prestam apoio terapêutico totalmente gratuito¹⁰.

Posteriormente, voluntários e associados passaram a atuar em busca de justiça e reparação, levando a efeito ações judiciais e administrativas, que marcam posição frente à conduta criminosa do Governo Federal no período pandêmico. Foram apresentadas notícias-crime ao Gabinete da Procuradoria-Geral da República e inúmeros ofícios com recomendações, observações e pedidos de informações de situações violadoras de direitos humanos e reveladoras da necropolítica da pandemia. A AVICO também auxiliou o Ministério Público Federal na produção de provas durante inquérito civil e ação civil pública, que pedem a condenação da União pela condução irresponsável da pandemia no Brasil e requer indenização a familiares de vítimas, e ajuizou uma ação penal que foi arquivada, mas com votos divergentes (favoráveis) de dois ministros.

Atualmente, as ações da Associação têm se ampliado com o estabelecimento de parcerias, no eixo da mobilização e do controle social, com a participação em diversas atividades em Câmaras de Vereadores, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e, ainda, em Comitês e Conselhos de Direitos (saúde, educação, direitos humanos etc.), demandando a criação de políticas públicas e legislação.

A pandemia trouxe nova relevância para os movimentos sociais e sociedade civil organizada, ampliando sua atuação em redes de apoio, orientação, combate à fome etc. Foram inúmeras as mobilizações em periferias, favelas, comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, com seus parceiros e aliados na defesa da vida. Esses novos desafios, bem como a polarização política no Brasil, criaram novas gramáticas de

¹⁰ Além da AVICO, existem outras duas associações de vítimas no Brasil: a ABRAVICO – Associação Brasileira das Vítimas da Covid-19 e a Associação Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19.

compartilhamento de sentimentos, objetivos e lutas, nas quais a AVICO e os demais movimentos sociais têm papel fundamental para a viabilização da justiça de transição e a construção de uma sociedade efetivamente livre, justa e democrática.

ACERVO DE EVIDÊNCIAS E CARTOGRAFIA DO NECROSSISTEMA

Além da mobilização social, acervos históricos e documentais são fundamentais para a justiça de transição e reparação, pois registram violações de direitos humanos e refutam negacionismos e revisionismos. Eles são essenciais para a identificação de vítimas e a compreensão da extensão das violações, auxiliando em processos de reparação e prevenindo distorções históricas. O Centro SoU_Ciência da Universidade Federal de São Paulo e parceiros têm coletado e organizado materiais sobre a atuação de agentes e instituições na pandemia da Covid-19 no Brasil, visando a criação de um acervo público. O projeto inclui a produção de materiais de divulgação científica e a colaboração com outras instituições. As questões que norteiam a iniciativa são:

- A conduta dos agentes e instituições na pandemia da Covid-19 no Brasil, contra as evidências científicas, a ética médica, a gestão eficaz da política pública, foi uma ação coordenada ou aleatória?
- Se a ação foi coordenada, como foi estabelecido um sistema relacional de influências diretas e indiretas entre agentes, instituições, narrativas e condutas ao longo da pandemia?
- Quais os objetivos e os interesses específicos e comuns dos agentes e instituições, em relação a ganhos políticos, econômicos e de visibilidade?
- Quais as responsabilidades éticas, científicas, administrativas e de saúde pública que foram atacadas e comprometidas?
- Quais as evidências e os documentos comprobatórios dessas condutas?
- Qual a melhor forma de apresentar estas evidências e documentos a um amplo público interessado no tema e à sociedade em geral?
- Qual a melhor forma de apresentá-los a profissionais, pesquisadores, professores, gestores e parlamentares para que contribuam para ações

efetivas de justiça e reparação, e para que tais condutas criminosas não mais se repitam?

Os pesquisadores envolvidos estão realizando a coleta de evidências de discursos e de denúncias de condutas criminosas de diversos agentes e instituições, não só do então presidente e do Governo Federal, mas de influenciadores e jornalistas, médicos e entidades, planos de saúde, farmacêuticas do “kit covid”, empresários, militares, religiosos, prefeitos e governadores, que atuaram contra evidências, consensos científicos e orientações da OMS. O banco de dados poderá ser pesquisado por temas como: minimização dos níveis de risco e da gravidade do vírus; a tática criminosa de contágio por “imunidade de rebanho”; embates contra vacinas, uso de máscara e de isolamento; problemas de ética e de autonomia médica; o caso de Manaus etc.

A pesquisa em andamento prevê os seguintes produtos:

- Acervo de "Evidências da Necropolítica na Pandemia de Covid-19", que está a reunir, indexar e disponibilizar gratuitamente um conjunto multimídia de evidências que documentam os discursos e a conduta negacionista e criminosa na pandemia no Brasil (2020-2022). O acervo pretende coletar uma vasta gama de materiais que demonstram como diversos atores, públicos e privados, intensificaram a tragédia no país e disponibilizá-la à sociedade por meio de software livre desenvolvido por universidade pública brasileira.
- Mapa do "Necrossistema da Pandemia de Covid-19 no Brasil", como meio de divulgação científica e comunicação social, indicando atores e instituições, seus interesses e relações, incluindo um rol de evidências sobre discursos e condutas de cada um, em material multimídia, como detalharemos na próxima seção.

As evidências coletadas e disponibilizadas podem auxiliar diversas iniciativas de campanhas pró-vacina, de defesa do SUS e da ciência, processos judiciais e de reparação, atividades educativas e de preservação da memória, além de servir como material de estudo para futuros pesquisadores e historiadores, que analisarão este período crítico da história brasileira.

CONTRACARTOGRAFIA E REPRESENTAÇÃO DA TRAGÉDIA RECENTE

A estratégia do Mapa do "Necrossistema na Pandemia de Covid-19 no Brasil" se insere numa história de contracartografias que representam poderes, sistemas e redes que submetem e impactam populações, da escala global à local. Ao menos desde os anos 1970, artistas e ativistas têm utilizado mapas e jogos como representação de sistemas de poder e de controle capitalista sobre corpos e populações. Em 1971, Öyvind Fahlström, o artista multimídia sueco nascido em São Paulo, criou um "anti Banco Imobiliário", chamado *US Monopoly* (Figura 1), revelando a atuação dos EUA (CIA, FBI, Pentágono, Wall Street etc.) no ataque a países soberanos e organizações populares. No ano seguinte, Fahlström executou seu conhecido *World Map* como jogo-geográfico interpretativo das tensões políticas globais. O significado do envolvimento do espectador na pintura-jogo é plenamente realizado quando essa e outras obras podem ser replicadas em grande número, permitindo a qualquer interessado ter uma "máquina de imagem" em sua casa para "manipular o mundo" e fazer suas próprias escolhas, explica Suely Rolnik (2000).

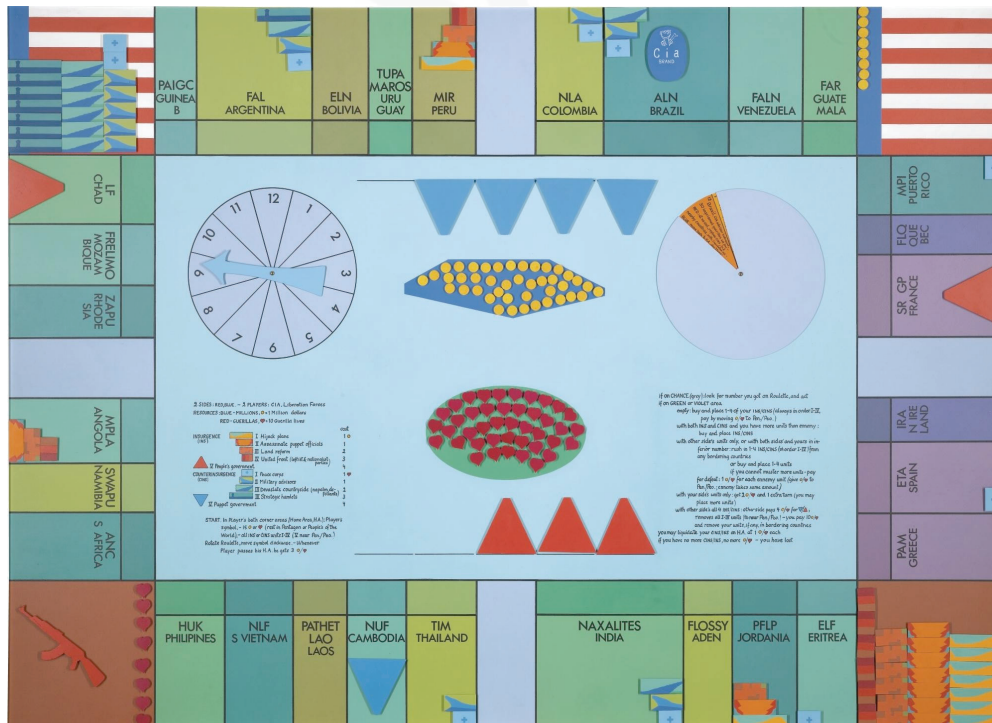


Figura 1: Öyvind Fahlström, *US Monopoly*, 1971. Vinil, metal, acrílico e madeiras.
Fonte: Rolnik, 2000.

Mais recentemente, as contracartografias foram amplamente utilizadas pelos movimentos altermundistas contra a globalização neoliberal, seja em ações diretas (como em Seattle no encontro da Organização Mundial do Comércio, OMC, em 1999), seja para melhor interpretar agentes e seu "campo de batalha". O grupo *Bureau d'Etudes*, também nascido neste contexto do ativismo anticapitalista dos anos 1990, foi o que mais avançou e consolidou uma metodologia de "representação gráfica dos sistemas de poder" em um "planeta administrado" (MESQUITA, 2018, p. 182). Seu trabalho mais conhecido é a representação do *Governo Global* (Figura 2), "estruturado em redes e hierarquias coordenadas" que "dadas suas posições, seus capitais sociais, culturais, simbólicos e financeiros, determinados indivíduos, grupos, famílias, são capazes de, direta ou indiretamente, determinar parte decisiva do potencial do planeta" (apud MESQUITA, 2019, p. 191).

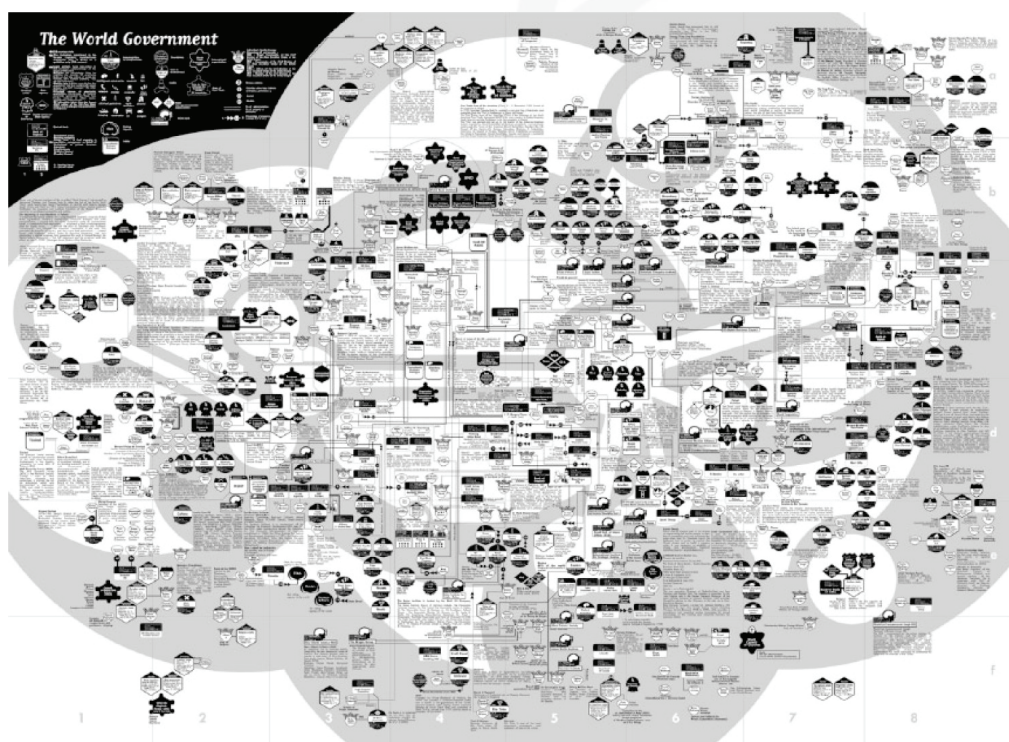


Figura 2: Bureau d'Études, World government, 2004. Fonte: Mesquita, 2019

Na formulação de André Mesquita, "mapas dissidentes são criados sobre territórios das crises; são ferramentas de registro, de análise e de construção de saberes radicais detectando pontos de conflitos e de injustiça" (2019, p. 26). Nesta linha, estamos construindo o Mapa do necrossistema da pandemia no Brasil como estratégia de comunicação, ao mesmo tempo: informativa, ao conectar agentes e suas falas (por meio de QR Code); instigante e jovem, inspirada em jogos de personagens (como o RPG); sombria, com estética de horror; e com ironia e sarcasmo a partir das próprias fabulações amalucadas desses agentes. O Mapa (Figura 3) tem como "tabuleiro" a representação de uma terra plana, de onde emergem as figuras tenebrosas do necrossistema, em meio a fumaças verdes de enxofre: o presidente, os ministros, os médicos negacionistas, o guru Olavo de Carvalho, os pastores e as figuras não humanas e monstruosas, e também o jacaré (da vacina) e o rebanho (a ser imunizado). A lua que ilumina essa terra devastada pelo obscurantismo tem as espículas (*spikes*) do vírus da Covid-19, que são a chave da sua transmissão e o alvo das vacinas.



Figura 3: Necrossistema da Pandemia. Ricardo Ireño/SoU_Ciência.

O ilustrador e pesquisador do SoU_Ciência, Ricardo Ireno, também adotou como referência a "estética do horror cósmico", do autor americano H.P. Lovecraft e do filme *Re-Animator* (1985)¹¹. Neste universo ficcional, a humanidade é retratada como impotente e submetida a comandos externos e conspiratórios. Muitos de seus personagens são conduzidos à loucura ao descobrirem verdades insondáveis sobre a natureza do universo, dado o ceticismo de Lovecraft em relação ao Iluminismo e à ciência moderna. Esse universo simbólico e o próprio autor (racista, misógino, xenófobo e supremacista)¹² encontram similaridade com o imaginário anti-ciência e anti-modernidade da extrema-direita atual, e com a figura do astrólogo conspiracionista Olavo de Carvalho, guru que morreu de Covid-19 negando-se a tomar vacina. É também uma alegoria da *alt-science* (como denominou Letícia Cesarino, 2022, e pseudociência da *alt-right*) – na sua obsessão de encontrar uma cura fantasiosa, por meio de medicamentos ineficazes e prejudiciais, além das falas abomináveis de Bolsonaro sobre a doença e a morte.

O Mapa incluirá textos curtos e materiais audiovisuais em QR Codes, agrupados por temáticas e tipos de agentes, facilitando o acesso do público à informação direta. O material será coproduzido em parceria com grupos de mídia independente. Haverá versões digital e impressa e esta última poderá ser afixada em diversos locais, como murais de escolas de medicina e enfermagem, lambe-lambes nas ruas etc. Na versão digital, os QR Codes poderão ser substituídos por hiperlinks diretamente nos personagens, disponibilizando áudios e material extra.

¹¹ Baseado em novela de Lovecraft, o filme narra a história de um estudante de medicina estranho e obsessivo que descobre um soro capaz de reanimar os mortos. Quando ele administra o soro em cadáveres, eles retornam à vida, mas de maneira monstruosa e violenta. O argumento central do filme gira em torno dos limites éticos e morais da ciência.

¹² Sobre o tema, pesquisadora da UFMG lança "Livro expõe o racismo por trás da obra de H. P. Lovecraft" (PORTAL DA UFMG, 2022).

OPINIÃO PÚBLICA E AS CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS

Outra dimensão decisiva para avançarmos nas ações de justiça e reparação dos crimes da pandemia é a percepção da opinião pública brasileira sobre o que fazer. Na posse do presidente Lula, no dia 1º de janeiro de 2023, diante do Palácio do Planalto e aguardando a subida da rampa, ato mais simbólico da cerimônia, uma multidão entoava a palavra-de-ordem: "sem anistia"¹³. Foram inúmeros os crimes do governo Bolsonaro, na pandemia, nas áreas da educação, da cultura, dos direitos humanos, do meio-ambiente, dos povos indígenas, no ataque às urnas e à legitimidade da eleição, além das tentativas diretas ou mais veladas de "autogolpe". Após o ataque às sedes dos poderes da República, em 8 de janeiro, foram divulgadas diversas pesquisas de opinião pública sobre os atos que pretendiam instigar uma intervenção militar, com ampla condenação pela população brasileira. Mas, o que pensa a opinião pública sobre os demais crimes, em especial os que aprofundaram a tragédia da pandemia no país?

Em julho de 2023, foi realizado o primeiro levantamento nacional de opinião pública sobre o apoio da população brasileira aos julgamentos dos crimes da pandemia, as formas de reparação e de prevenção, como mencionamos na introdução do artigo. O Centro SoU_Ciência, com o Instituto Ideia, realizou a "Pesquisa de Opinião Covid-19, Vacina e Justiça: Percepção pública brasileira sobre vacinação, tratamentos e reparação de crimes na gestão da Pandemia", com 1.295 entrevistados, entre 5 e 10 de julho de 2023. Com o objetivo de trazer um panorama da percepção brasileira sobre o evento, vacinas e tratamento, o levantamento buscou contribuir para um entendimento mais amplo de questões como prevenção, responsabilização, reparação e justiça.

O estudo foi baseado em uma amostra qualificada e representativa da população brasileira, composta por homens e mulheres de todas as regiões do Brasil, com idade igual ou superior a 16 anos, de diferentes escolaridades, raça/cor, renda e classe

¹³ Como se vê no vídeo da UOL, sobre a Posse de Lula, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4eTC6qktxv0>. Acesso em: 14 jul. 2023.

social. A pesquisa nacional foi executada pela aplicação de questionário estruturado via ligação telefônica a celulares, com margem de erro de 3%. As perguntas abordaram a percepção pública sobre (a) vacinação em geral, contra a Covid-19 e infantil; (b) infecção e adoecimento pela Covid-19, tipos de tratamentos e o chamado “tratamento precoce” ou “kit covid”; (c) sequelas da Covid-19 (a chamada Covid longa); (d) enlutados, vítimas da Covid-19, avaliação sobre a conduta do governo, justiça, responsabilização e reparação de crimes na gestão da pandemia, (e) e possíveis ações para que a tragédia não se repita¹⁴.

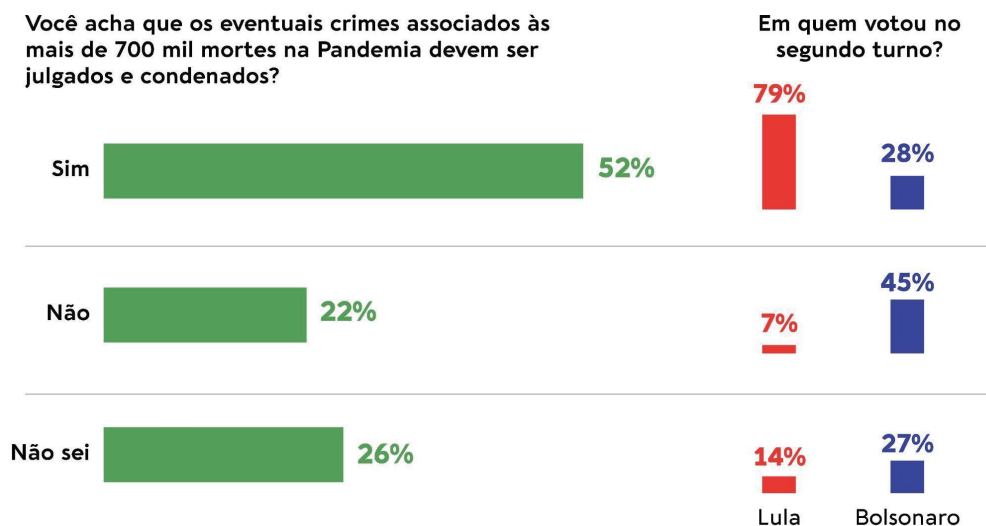
Os resultados demonstram (Figura 4 e 5) que a pandemia teve um enorme impacto na vida dos brasileiros: 50,9% relataram a perda de familiar, amigo ou ambos, mortos por Covid-19. Além disso, o número de infectados pode ter sido o dobro do oficial: 40,6% declarou ter tido a doença (25% afirmou tê-la contraído duas vezes), o que equivale a 66 milhões de pessoas acima de 16 anos, quase o dobro dos 37 milhões de infecções oficialmente registradas pelo Ministério da Saúde.

Para os respondentes, a falta de vacina e a falta de informação correta sobre a pandemia foram os dois fatores que mais impactaram nas mortes. A maioria, 62%, considera que o governo de Bolsonaro foi responsável pelo aumento de mortes. Essa opinião aumenta entre quem se declara de esquerda (91,5%) e diminui entre os de direita (23,3%). Proporcionalmente, as mulheres aparecem, com mais frequência, com uma postura crítica quanto à conduta do governo na pandemia (67,3%). Um percentual maior quando comparado aos homens cujo índice é 56,2%. De forma expressiva, católicos se declaram mais críticos à conduta do governo na pandemia (68,5%) quando comparados a evangélicos (52,2%).

Dentre os fatores responsáveis pelas vítimas da Covid-19, são citados principalmente: (a) falta/atraso de vacina (32,7%); (b) falta de informação correta sobre a doença, vacina e prevenção (27,9%); (c) falta de vaga em UTI (25,3%); e (d) má conduta do Governo Bolsonaro/Ministério da Saúde (24,5%).

¹⁴ O resultado completo da pesquisa será progressivamente publicado no site do SoU_Ciência e em matérias na mídia, além de outros artigos acadêmicos.

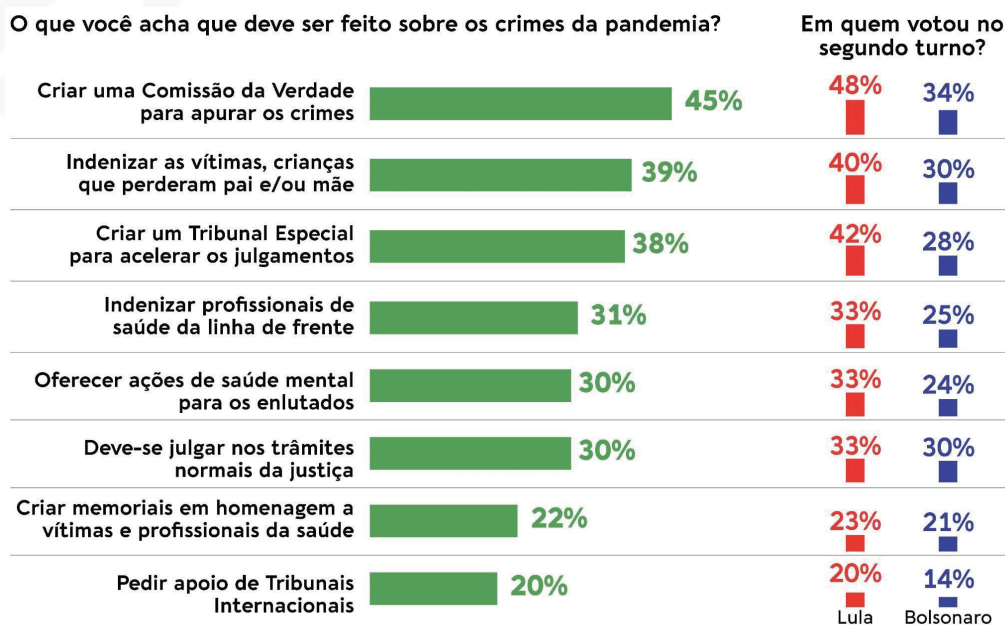
O levantamento de opinião também demonstrou que a maioria da população quer julgamento e condenação dos crimes relacionados às mortes na pandemia (52%). São mais favoráveis: entrevistados de maior renda (61,6%), identificados como de esquerda (86,3%), eleitores de Lula no 2º turno em 2022 (79,1%), que avaliam o atual governo como ótimo (80,8%) e consideram as últimas eleições legítimas (75,7%).



Fonte: SoU_Ciência, pesquisa realizada com Instituto IDEIA, entre os dias 5 e 10 de junho, com 1.295 entrevistados em todo o país via telefone, com margem de erro de 3% para mais ou para menos.

Figura 4: SoU_Ciência/Ideia, julho/23.

A criação de uma Comissão da Verdade para apurar os crimes (apoiada por 44,7%), a indenização de vítimas (apoiada por 39%) e a criação de um Tribunal Especial para acelerar os julgamentos (apoiada por 38,3%) são as iniciativas mais apontadas pelos respondentes como formas de buscar reparação.



Fonte: SoU_Ciência, pesquisa realizada com Instituto IDEIA, entre os dias 5 e 10 de junho, com 1.295 entrevistados em todo o país via telefone, com margem de erro de 3% para mais ou para menos.

Figura 5: SoU_Ciência/Ideia, julho/23.

Quando indagados sobre o que fazer para essa tragédia não se repetir, a ampliação de investimentos no SUS (52,4%), em ciência e pesquisa (46,5%), em pesquisas para vacinas nacionais (38,7%); e na formação de profissionais da saúde (37%) são as ações mais citadas, e são também consensos entre polos políticos de esquerda e direita. Ou seja, apesar dos ataques, do subfinanciamento e da desarticulação sofridos na gestão da pandemia, o SUS é considerado pela população do país como a grande referência na defesa da vida, e também a ciência e a pesquisa são apoiadas e valorizadas por diferentes espectros políticos, incluindo eleitores de Bolsonaro.

MEMORIAL DA PANDEMIA: ALGUMAS REFLEXÕES

Em julho de 2023, como mencionamos, a Ministra da Saúde anunciou que o Centro Cultural do Ministério da Saúde, na Praça 15, no Rio de Janeiro, irá em breve receber um Memorial da Pandemia. Formada a equipe para o desenvolvimento da proposta, os pesquisadores do SoU_Ciência foram contactados pelo Ministério para que pudessem colaborar com a iniciativa. Aqui brevemente destacamos algumas das

hipóteses e possibilidades para estratégias curatoriais do Memorial. Partimos de uma problematização inicial da "forma-memorial" e de sua relação política e educativa com o público.

A museificação da vida social é um problema desde a modernidade: o modo como são acervadas, curadas, expostas e recebidas as evidências materiais, documentais e artefatos diversos de sociedades inteiras ou de eventos específicos. Não temos neste artigo como aprofundar esse debate, mas manteremos o alerta dado por Andreas Huyssen em *Seduzidos pela memória*: será possível obter a "recordação total" ou "trata-se da fantasia de um arquivista maluco?" Ou ainda: estaríamos diante da "comercialização crescentemente bem-sucedida da memória pela indústria cultural?" (2000, p. 15). Sem dúvida, como provoca o pensador alemão, os discursos da memória estão na moda e se tornaram uma obsessão – provavelmente, em reação à globalização neoliberal e seu rastro de destruição. Mas, como renovar criticamente os lugares-comuns e as reflexões sobre traumas históricos e práticas de memória? Dada a fragmentação dos grupos sociais e étnicos, é possível ainda a existência de uma memória consensual coletiva? Como evitar que o trauma seja comercializado, tanto quanto o divertimento, para diferentes "consumidores de memórias"? Enfim, "por que estamos construindo museus como se não houvesse mais amanhã?" (IDEM, p. 18-22).

Também é importante lembrar que a catástrofe que vivemos na pandemia é mais uma regra do que uma exceção. O Brasil talvez seja um dos mais acabados exemplos do conceito benjaminiano da história como sucessão de ruínas e catástrofes, como já apontou Michael Löwy (2005): uma nação marcada por violência extrema, colonização, genocídios, escravidão, destruição ambiental, desigualdade acentuada e racismo estrutural. A pandemia de Covid-19 no país não foi uma anomalia, um raio em céu azul, mas sim um agravamento de violências, crimes e injustiças históricas. Assim, um Memorial no Brasil deve lembrar das vítimas da necropolítica estrutural e não apenas conjuntural, reconhecendo a fratura social profunda do país, que não começou com a pandemia.

Um Memorial é também um espaço de reflexão sobre o luto e como ele é distribuído desigualmente. Judith Butler argumenta que as vidas humanas são pré-marcadas por

estruturas de poder como "lamentáveis" ou "não lamentáveis", com base em critérios como nacionalidade, classe, raça, gênero e religião (2019). Essa "distribuição desigual do luto público", na expressão de Butler, é uma ferramenta de desumanização usada para justificar a violência de Estado. Quando as vítimas são apresentadas como "não lamentáveis", é mais fácil justificar sua morte ou sofrimento. Por isso, um Memorial precisa combater essa prática de lutos desiguais, para tornar todas as vidas "lamentáveis", isto é, dignas de luto – na pandemia e para além dela.

Além de espaços físicos, coleções digitais com os acervos de uma rede de memoriais poderiam ser disponibilizadas em material educativo e repositórios públicos, para professores, estudantes e pesquisadores. Uma iniciativa, ainda incipiente, é a do *Museu Brasileiro da Pandemia*, concebido por um grupo interdisciplinar para preservar e divulgar a memória da pandemia: <https://www.museubrasileirodapandemia.org.br/início>. Outra ação digital de artistas e jornalistas voluntários é o obituário das vítimas, chamado *Inumeráveis*, que apresenta, em pequenos textos, os que se foram: <https://inumeraveis.com.br/>.

Uma estratégia curatorial para o(s) Memorial(is) da Pandemia no Brasil poderia abarcar núcleos curatoriais e expográficos com diferentes estratégias de mediação, sensibilização, informação e participação do público:

Testemunhos e recordações

O "testemunho" desempenha um papel essencial na consciência histórica, no processo de cura de comunidades afetadas e na criação de uma narrativa mais precisa e completa de tragédias coletivas. O ato de testemunhar pode ter um valor terapêutico, tanto para o indivíduo que compartilha sua experiência, quanto para os que ouvem e reconhecem sua dor. Como afirma Paul Ricœur, o testemunho é um meio vital de trazer à luz experiências individuais e coletivas, e "constitui a estrutura fundamental da transição entre a memória e a história" (2007, p. 503). Embora a memória possa ser falha ou distorcida, Ricœur argumenta que o testemunho é "representação" e fornece um tipo de acesso direto e não mediado ao passado. Esta seção pode incluir fotografias, correspondências, objetos pessoais

e depoimentos audiovisuais de pessoas que perderam entes para a Covid-19, trazendo uma visão humanizada da tragédia e conectando emocionalmente os visitantes com as histórias individuais.

Cronologia da pandemia

Esta parte do Memorial justamente transita da memória para a história e traz uma linha do tempo detalhada da pandemia no Brasil, desde os primeiros casos, com ênfase nas respostas públicas e coletivas, e em como as práticas criminosas e negacionistas contribuíram para o agravamento da crise. O CEPEDISA-USP já realizou um amplo trabalho de "Linha do Tempo" que pode ser o ponto de partida da seção.

Homenagem aos heróis da linha de frente e da ciência

Esta seção seria dedicada aos profissionais de saúde, cientistas e outros trabalhadores essenciais que arriscaram suas vidas incansavelmente na pandemia (como os entregadores de aplicativos, e sua greve por direitos, o Breque dos Apps¹⁵) e homenagem póstumas aos que perderam suas vidas. Seus trabalhos, rotinas, aprendizados, vitórias, sofrimentos e histórias pessoais podem ser descritas e expostas, com fotografias e objetos representativos.

Compreensão científica e resposta à pandemia

Esta seção aborda os elementos científicos, detalhando o percurso do vírus, esforços para entendê-lo e combatê-lo, e seus resultados. Pode contar com recursos visuais e interativos, infográficos e mapas, para ilustrar a evolução da pandemia e o efeito das ações públicas. Destacar progressos importantes na ciência e tecnologia, como o rápido desenvolvimento de vacinas, da telessaúde e de estratégias de mitigação baseadas em evidências. Esta seção salienta a importância do conhecimento científico e da colaboração global para lidar com a pandemia e futuras crises de saúde pública.

¹⁵ Sobre a greve dos entregadores, matéria da BBC traz dados e entrevistas (MACHADO, 2020).

Consequências do negacionismo, crime e justiça

Esta seção foca as consequências das más condutas do Estado, das políticas ineficazes, da negligência governamental, do negacionismo e da desinformação, que agravaram a pandemia. Ela expõe o aumento da mortalidade e a tragédia humana que poderia ter sido prevenida com uma resposta mais adequada. Pode incluir análises de falhas de políticas específicas, exemplos de desinformação e negacionismo, e suas consequências, com particular atenção ao caso de Manaus. Recursos interativos e um mapa do necrossistema, como o que propomos, podem ser incorporados. Como também um painel das ações em andamento na justiça e já concluídas, com as devidas condenações dos responsabilizados.

Arte, afeto e resignificação

Espaços de arte e imersão, com obras criadas para refletir sobre a experiência coletiva de luto, resiliência e resistência, permitem uma exploração profunda e multifacetada de emoções: sofrimento, afeto, solidão, confinamento e demais experiências associadas à pandemia. Há exemplos no mundo e no Brasil, como museus digitais que coletaram trabalhos de artistas, e iniciativas de fomento e de espetáculos virtuais para o período de isolamento, em que teatros e cinemas estavam fechados.

Homenagem aos mortos e direito ao luto

Um espaço silencioso e respeitoso, como um jardim e um mural digital com nomes das vítimas e acesso ao obituário realizado pelo grupo que mantém os *Inumeráveis* (a ser continuamente atualizado). A maior parte dos enlutados não pôde despedir-se adequadamente de seus familiares e amigos. Este local seria destinado à memória, convidando visitantes a refletir sobre a enormidade das perdas.

Genocídios nunca mais

Este último espaço enfatiza a necessidade de combater a violência sistêmica do Estado, do capital e das oligarquias no Brasil, ressaltando que a tragédia da pandemia não é um evento isolado em uma sociedade que não protege seus cidadãos. Destaca

as diversas formas de violência e de opressão, que permanecem historicamente, e propõe uma reflexão sobre alternativas que vão além do campo da saúde pública, indicando a necessidade de mudanças estruturais amplas em nossa sociedade.

CONCLUSÃO

A reabertura dos inquéritos sobre os crimes da pandemia pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pode permitir ao Brasil um passo histórico, já que fomos incapazes, até o momento, de fazer justiça em relação aos crimes da ditadura e outros genocídios (como de indígenas e dos jovens pretos periféricos). Os processos judiciais, os julgamentos e as condenações devem ser imediatamente iniciados e podem servir de exemplo para avançarmos na reparação de diversos crimes de Estado.

Diante da maior tragédia de saúde pública da história do país, com inúmeros envolvidos numa rede de necropolítica, devemos também lembrar que graças ao SUS e seus profissionais, às nossas universidades e institutos de pesquisa, a catástrofe não foi ainda maior. É preciso passar a história a limpo para que uma tragédia criminosa como essa não ocorra novamente. Não só condenar culpados, mas também avançar nas iniciativas corretivas e preventivas, como: fortalecer o controle social sobre as políticas públicas e de Estado; ampliar o compromisso público com as evidências científicas; investir em centros de controle e prevenção de doenças e na produção nacional de vacinas; humanizar o currículo das faculdades de medicina, ampliando a formação em saúde pública; cobrar conduta ética e fundamentada cientificamente de conselhos profissionais – há muito a ser feito.

A mobilização social, iniciada pelos familiares de vítimas, o envolvimento das universidades na documentação, na avaliação e na publicização do que foi feito na pandemia (em defesa da vida ou pela ampliação das mortes) e a iniciativa do Memorial da Covid-19 são ações importantes e cumprem uma tripla função: honrar as vítimas da pandemia, educar o público sobre a importância da ciência e da saúde pública, e também servir como memória e alerta dos perigos do negacionismo e da conduta criminosa do Estado brasileiro. Na saúde pública e para além dela, estas

lutas apontam caminhos para a construção de um país em que genocídios sejam intoleráveis e não mais se repitam.

REFERÊNCIAS

- BARRETO FILHO, Herculano. Relatório da CPI sugere indiciamento de Queiroga e Pazuello por 5 crimes. UOL, 20 out 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/20/ministros-saude-indiciados-cpi-covid.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- BARROS, Ciro. Em São Paulo, trabalhadores da construção civil veem escalada da Covid-19: “Tá todo mundo contaminando um ao outro”. Agência Pública. 15 jun. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/em-sao-paulo-trabalhadores-da-construcao-civil-veem-escalada-da-covid-19-ta-todo-mundo-contaminando-um-ao-outro/>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- MACHADO, Leandro. Greve dos entregadores: o que querem os profissionais que fazem paralisação inédita. BBC, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53124543>. Acesso em 12 jul. 2023.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CASTRO ROCHA, João Cezar de. *Bolsonarismo: da Guerra Cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- CEPEDISA. *Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Cepedisa: FSP-USP, 2020.
- CESARINO, Letícia. *Verdade: conspiracionismos e alt-sciences*. In: *O mundo do Avesso*. São Paulo: Ubu, 2022.
- CHADE, Jamil. STF desarquivou caso de Bolsonaro para discutir responsabilidade penal. Portal UOL, 11 jul. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/07/11/stf-desarquivou-caso-de-bolsonaro-para-discutir-responsabilidade-penal.htm>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- DUNKER, Christian I. Lenz. *Lutos finitos e infinitos* [livro eletrônico]. São Paulo: Paidós, 2023.
- EL PAÍS. O “escandaloso desequilíbrio” na distribuição de vacinas contra a covid-19 entre ricos e pobres. 09 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-04-09/o-escandaloso-desequilibrio-na-distribuciao-de-vacinas-contr-a-covid-19-entre-ricos-e-pobres.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.

- G1. Pesquisadores que tiveram a medalha do Mérito Científico cancelada pelo governo Bolsonaro são homenageados por Lula, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/07/12/pesquisadores-que-tiveram-a-medalha-do-merito-cientifico-cancelada-pelo-governo-bolsonaro-sao-homenageados-por-lula.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- G1 RS. No RS, Bolsonaro faz 56,35% votos e Lula soma 43,65%. 30.out.2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/votacao-bolsonaro-lula-segundo-turno-rs.ghtml>. Acesso em 12 jul. 2023.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses 'Sobre o conceito de História'*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MESQUITA, André. *Mapas dissidentes: contracartografias, poder e resistência*. São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2019.
- MONTEIRO, Tânia. *Isolamento Militar*. Revista Piauí. 09 abr. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/isolamento-militar/>. Acesso em 12 jul 2023.
- MONTERO, Rosa. *A ridícula ideia de nunca mais te ver*. São Paulo: Todavia, 2013.
- OLIVEIRA, Elida. A cada morte por coronavírus, seis a dez pessoas são impactadas pela dor do luto, dizem especialistas. G1. 01 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/01/a-cada-morte-por-coronavirus-seis-a-dez-pessoas-sao-impactadas-pela-dor-do-luto-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em: 12 jul 2023.
- OLIVEIRA, Robson; Bruinjé, Ana L. Classe trabalhadora e racismo durante a pandemia: Eugenia e Fascismo no governo Bolsonaro. UFPR, Revista *Resistência Litoral*. n.1, p. 29-44, jan.-jun. 2022.
- OMS. Director General de la OMS en la conferencia de prensa sobre la COVID-19. 12.out.2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---12-october-2020>. Acesso em: 12. jul. 2023.
- PINHEIRO, Chloé Pinheiro e Emery, Flavio. *Cloroquination: Como o Brasil se tornou o país da cloroquina e de outras falsas curas para a covid-19*. São Paulo: Paraquedas, 2022.
- PORTAL DA UFMG. Livro expõe o racismo por trás da obra de H. P. Lovecraft. 13 maio 2022. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/livro-expoe-o-racismo-por-tras-da-obra-de-h-p-lovecraft>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- RICŒUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

- ROLNIK, Suely. Os mapas move-diços de Öyvind Fahlström. In: *Öyvind Fahlström. Another Space for Painting*. Barcelona: MACBA, Actar, 2000, p. 333-341.
- SCORTECCI, Catarina. Ministra anuncia memorial da Covid e cita 'política desastrosa' com 700 mil mortes. *Folha de São Paulo*, 11 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/07/ministra-anuncia-memorial-da-covid-e-cita-politica-desastrosa-com-700-mil-mortes.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- SENADO FEDERAL, *Relatório final da comissão parlamentar de inquérito da pandemia da COVID-19*, 2021. Disponível em: https://download.uol.com.br/files/2021/10/3063533630_relatorio_final_cpi_covid.pdf. Acesso em: 12. jul. 2023.
- SOU CIÊNCIA. Sem anistia aos crimes da pandemia. Folha de S. Paulo. 14 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/sou-ciencia/2023/07/sem-anistia-aos-crimes-da-pandemia.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- TELES, Edson e Calazans, Marília Oliveira (org.). *A pandemia e a gestão das mortes e dos mortos*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), 2021.
- UOL. OMS reafirma ineficácia da cloroquina após Brasil lançar protocolo. 20 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/20/oms-reafirma-ineficacia-da-cloroquina-apos-brasil-lancar-protocolo.htm>. Acesso em 12 jul. 2023.